



Universidade do Minho

Escola de Psicologia

Brenda Bárbara Antunes de Barros

**O papel da vergonha e da culpa na postura dos jovens perante a  
institucionalização**

janeiro 2023





**Universidade do Minho**  
Escola de Psicologia

Brenda Bárbara Antunes de Barros

**O papel da vergonha e da culpa na  
postura dos jovens perante a  
institucionalização**

Dissertação de Mestrado  
Mestrado Integrado em  
Psicologia

Trabalho efetuado sob a orientação do  
**Professor Doutor Rui Abrunhosa**

**dezembro de 2022**

## DIREITOS DE AUTOR E CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO DO TRABALHO POR TERCEIROS

Este é um trabalho académico que pode ser utilizado por terceiros desde que respeitadas as regras e boas práticas internacionalmente aceites, no que concerne aos direitos de autor e direitos conexos.

Assim, o presente trabalho pode ser utilizado nos termos previstos na licença [abaixo](#) indicada.

Caso o utilizador necessite de permissão para poder fazer um uso do trabalho em condições não previstas no licenciamento indicado, deverá contactar o autor, através do RepositóriUM da Universidade do Minho.

### *Licença concedida aos utilizadores deste trabalho*



Atribuição  
CC BY

<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>

## **Agradecimentos**

Agradecer ao Professor Doutor Rui Abrunhosa pela paciência e calma que me transmitiu ao longo do desenvolvimento deste projeto.

À professora Luísa pelo tempo despendido e linhas orientadoras.

Pela batalha diária para que os meus sonhos se concretizassem e ainda que todos os agradecimentos do mundo não fossem suficientes, à minha mãe.

À minha irmã, fonte de inspiração, e ao meu afilhado, pequeno irrequieto com quem aprendo todos os dias.

Aos meus companheiros peludos, por serenarem a minha ansiedade com ronronar e pela companhia durante as noites de escrita, vou para sempre lembrar-vos com amor desmedido, Tomás, Jennifer, Atlas e Jack.

Pelo companheirismo, rabugice e paciência que provavelmente não acreditava que tinha até caminhar comigo durante o desenrolar desta dissertação, ao Pedro.

Aos meus padrinhos e ao meu primo, que com o amor e prontidão sempre me ajudaram a seguir o meu caminho.

Aos meus amigos de anos, Diogo, Feliz, Nês, Nata, Leitão, Tati, Tico e Mary, que participaram no meu desenvolvimento pessoal e académico caminhando comigo e amparando todas as quedas e cessando com todos os prantos, que os nossos caminhos continuem a se encontrar.

A quem me recebeu na universidade e integrou na sua vida, das amigas mais queridas que jamais poderia pintar na minha imaginação, Pipa, Catarina Branco, Raposa, Cristiana Dias e Catarina do vólei.

Aqui estão por terem entrado na minha vida e marcado o meu percurso, por me apaixonarem pela área que escolhi e por não permitirem que o peso da ansiedade me derrubasse.

## **DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE**

Declaro ter atuado com integridade na elaboração do presente trabalho acadêmico e confirmo que não recorri à prática de plágio nem a qualquer forma de utilização indevida ou falsificação de informações ou resultados em nenhuma das etapas conducente à sua elaboração.

Mais declaro que conheço e que respeitei o Código de Conduta Ética da Universidade do Minho.

## O papel da vergonha e da culpa na postura dos jovens perante a institucionalização

### **Resumo**

Compreendendo o aumento da criminalidade juvenil e as consequências associadas, como a continuação da perpetuação de crimes durante o percurso de vida adulta, identificar aspectos que poderão moderar a ascensão no meio do crime é cada vez mais importante. Este estudo desdobrou-se nas motivações subsequentes das emoções de vergonha e culpa experienciadas pelos jovens institucionalizados num Centro Educativo.

Os relatos dos jovens institucionalizados revelaram associação entre a experiência de culpa e a existência de uma boa postura perante a institucionalização; a ligação entre experiência de vergonha e má postura perante institucionalização; que ambas as emoções não são exclusivas, isto é, podem ser vivenciadas simultaneamente, mas que a simples presença de culpa parece ditar uma boa postura perante institucionalização.

**Palavras-chave:** Jovens institucionalizados; Vergonha; Culpa; Motivação subsequente.

## The role of shame and guilt in the attitude of youth towards institutionalization

### **Abstract**

With the understanding of the increase in youth crime and the associated consequences, such as the continuation of crimes during adulthood, identifying aspects that may moderate the rise in crime is increasingly important. This study unfolded in the subsequent motivations listed to emotions of shame and guilt experienced by young people institutionalized in an Educational Center.

The reports of institutionalized young people revealed an association between the experience of guilt and the existence of a good posture towards institutionalization; the link between experiencing shame and poor posture towards institutionalization; that both emotions are not exclusive, that is, they can be experienced simultaneously, nevertheless, the simple presence of guilt seems to dictate a good posture towards institutionalization.

**Key Words:** Institutionalized youth; Shame; Guilt; Subsequent motivation.



## Índice

Introdução .....	10
Método .....	15
Participantes .....	15
Instrumentos .....	17
Procedimento .....	17
Resultados .....	21
Vergonha .....	21
Culpabilização de terceiros .....	21
Desculpabilização do comportamento .....	21
Empatia reduzida .....	22
Evasão .....	22
Evasão cognitiva.....	22
Evasão emocional .....	23
Evasão física .....	23
Sensação de desamparo .....	23
Culpa .....	23
Comportamento compensatório .....	23
Empatia para com terceiros afetados pelo ato cometido .....	24
Erro assumido .....	24
Tentativa de restituição de laços prejudicados pelo comportamento perpetrado .....	24
Verbalização de arrependimento .....	24
Boa postura perante institucionalização.....	25
Acata as normas da instituição .....	25
Não tem processos disciplinares.....	25
Participa nas atividades livremente.....	25
Perspetiva a institucionalização como positiva para a mudança de comportamento.....	26
Má postura perante institucionalização.....	26
Apresenta dificuldades em acatar as normas da instituição .....	26

Participa com aversão nas atividades .....	26
Perspetiva a institucionalização como negativa/desnecessária.....	27
Tem processos disciplinares .....	27
Vergonha e a Má postura perante a institucionalização.....	27
Vergonha, culpa e boa postura perante institucionalização.....	29
Discussão .....	30
Vergonha e má postura perante a institucionalização.....	30
Culpa e boa postura perante a institucionalização .....	30
Vergonha, culpa e boa postura perante institucionalização.....	30
Conclusão .....	32
Referências bibliográficas .....	35
Anexos .....	38

#### **Índice de tabelas**

Tabela 1. ....	16
----------------	----

#### **Índice de Figuras**

Figura 1.....	20
---------------	----

### Introdução

O que é a emoção e qual a sua utilidade? Na realidade não existe teoria que seja acolhida em consenso pela comunidade científica (Dias et al., 2008; Reisenzein em 2007). Ainda assim, para alguns investigadores a emoção é vista como uma das linhas mais importantes no que alude à organização da personalidade de cada um de nós (Malatesta, 1990) e, de facto, muitos conseguem abraçar esta perspetiva atentando às repercussões que emergem da vivência de emoções. Desde alterações na nossa vontade de concluir algum projeto ou ação até à forma como desenvolvemos o mesmo, as emoções parecem ditar como passamos pelo dia-a-dia. A datar do início do estudo das mesmas, a perspetiva predominante sobre a razão pela qual existem remete-nos para o seu papel adaptativo, para uma forma de regulação comportamental que visa o alcance de um determinado objetivo (Shariff & Tracy, 2011).

Do primeiro ao último dia das nossas vidas experienciamos diversas emoções e ainda que a forma como as vivenciamos, segundo a perspetiva dominante no mundo científico, esteja dependente da sociedade na qual crescemos e com a qual contactamos, a vivência de um certo grupo de emoções pode ser considerada universal (Ekman, 2011). O carácter universal de determinadas emoções conduz-nos para a possibilidade de todas as comunidades as experienciarem segundo padrões fisiológicos semelhantes (Ekman, 2011). As emoções caracterizadas como universais são também designadas de básicas, sendo aquilo que essencialmente as distingue de outras é o facto de serem inatas, uma herança do pretérito (Ekman, 2011), e não terem envolvidas na sua experiência processos cognitivos de ordem superior (Sedighimornani, 2018). Contrariamente, a característica central, para além de absolutamente necessária, para experienciar as emoções comumente chamadas de secundárias é a capacidade de elaboração de processos cognitivos complexos que assentam na premissa da autoconsciência (Lewis, Alessandri et al., 1992; Lewis, Sullivan, et al., 1989; Tangney, 1995, 1998, 1999). Assim, estas emoções surgem mais tarde, no decorrer do desenvolvimento do jovem, entre os 18 e 24 meses, momento em que o indivíduo é capaz de se perspetivar como uma pessoa independente de terceiros (Lewis et al., 1989) e tem em si instituídos padrões pelos quais se julga e aos seus comportamentos (Fischer & Tangney, 1995).

O foco neste estudo recairá sobre duas emoções secundárias, a vergonha e a culpa, e respetivas repercussões da experienciarão de cada uma delas num contexto de institucionalização juvenil. A importância do estudo das emoções supracitadas no meio

referido recaí no conhecimento do aumento da criminalidade juvenil, que pode ditar o início de carreira criminosa. A confirmação das consequências motivacionais elencadas à experiência de vergonha e culpa pode servir de base para o desenvolvimento de práticas terapêuticas adequadas aos jovens, pretendendo a retificação de condutas caracterizadas como desviantes. Ainda assim, serão estas 2 emoções diferentes? Apesar de serem utilizadas diariamente no discurso e de serem frequentemente de forma invariável, como referido por Tangney (1995), estudos têm reforçado as diferenças entre as duas emoções mencionadas (ex.: Ferguson & Stegge 1995; H. B. Lewis, 1971; Lindsay-Hartz, 1984) e as diferentes consequências de cada uma ao nível do ajuste psicológico e do comportamento social.

Segundo a Infopedia, a vergonha tem ligações com a humilhação e rebaixamento, perda de dignidade ou falta de valor pessoal (*"Vergonha"*, 2022) enquanto a culpa é alinhada com a responsabilidade por um ato ou por uma omissão repreensível, arrependimento e remorso (*"Culpa"*, 2022). Atualmente, a definição de vergonha mais aceite na literatura caracteriza a emoção como negativa, por isso desagradável, e intensa elencada à sensação de encolhimento e inferioridade sendo que desencadeia o desejo de desaparecer, de evitar interação com terceiros (ex.: Ausubel, 1955; Tangney, 1995; Tangney et al., 1996). Em oposição, a culpa é concetualizada como uma emoção que, mesmo sendo aversiva, suscita agitação e medo, tensão e ansiedade pelo reconhecimento por parte do próprio indivíduo da sua falha e/ou transgressão (ex.: Blum, 2008; Tangney, 1995).

Com o intuito de diferenciar e afastar estes dois constructos, diferentes perspetivas emergiram ao longo tempo, entre elas as de maior relevo: psicanalítica, antropológica e de Helen Block Lewis.

Durante os primeiros passos da abordagem psicanalítica, Freud, o considerado pai da psicanálise, abordou nos seus trabalhos o conceito de culpa justificando-o como uma reação do confronto entre o ego e o superego (consultar obra de Rennison *"Freud and psychoanalysis: Everything you need to know about id, ego, super-ego and more."*, (2015) para melhor compreensão dos conceitos mencionados), negligenciando a vergonha e suas propriedades (Tangney, 1998). Posteriormente, como resposta a novos estudos que creditavam as emoções como diferentes, para definir e diferenciar a culpa da vergonha, emergiu um novo movimento apoiado por diferentes pesquisadores como Piers e Singer 1954:

o neofreudiano. Nesta linha de pensamento, os investigadores referidos, assumem que a vergonha eclode pelo confronto entre o ego e o ego ideal e a culpa é experienciada como resultado da discordância entre o ego e o super ego (consultar obra de Rennison *"Freud and psychoanalysis: Everything you need to know about id, ego, super-ego and more."*, (2015) para melhor compreensão dos construtos referidos). Estas definições foram criticadas por diferentes pesquisadores, entre eles Lindsay-Hartz que rejeitou a premissa da vergonha emergir ao percebermos que não vivemos segundo um ideal e admitiu que surge, sim, ao reconhecermos que "somos quem não queremos ser" (Lindsay-Hartz, 1984, pg.10).

Num outro prisma, pesquisadores, como Benedict, que se alinham com o ramo da antropologia advogam que as emoções são experienciadas consoante a situação vivenciada (Benedict, 1946, as cited in Tangney, 1998). Uma das premissas apoiadas por esta perspetiva é a de que situações públicas geram vergonha aquando reprovação de ato ou conduta errada, enquanto a culpa surge da violação de padrões sociais e é considerada uma emoção privada, podendo ser experienciada no foro íntimo, ou seja, sem a presença de público (Tangney, 1998). Novamente, várias contradições foram surgindo com estudos de diferentes investigadores entre eles, em 1998, o de Tangney com a conclusão de que não só ambas as emoções eram experienciadas com maior frequência na presença de terceiros como também que a vergonha podia ser vivenciada sem plateia.

Em 1971 Helen B. Lewis apresentou a sua perspetiva enfatizando os processos cognitivos necessários para a experienciação das emoções secundárias e sublinhou que a grande diferença entre a vergonha e a culpa reside no papel que o "eu"/"self" desempenha na situação. Importante ressaltar que o "self" caracteriza a pessoa na totalidade, abrangendo todas as suas características que lhe atestam a sua individualidade. O indivíduo sentiria vergonha se o "self" fosse o foco da avaliação e emergiria uma perspetiva de fracasso e culpa caso o comportamento fosse a origem do julgamento. Por outras palavras, segundo esta perspetiva, existe uma diferença acerca do que é alvo de julgamento: na vergonha existe uma ameaça ao que constitui a pessoa, à autoestima e identidade, enquanto na culpa o "self" não é colocado em causa, mas sim o comportamento produzido pelo "self". É, portanto, e adicionando o que é referido por H. B. Lewis (1971) sobre a vontade de escapar, se esconder e a sensação de inferioridade comparativamente a terceiros, compreensível que a vergonha seja descrita como mais incapacitante e mais dolorosa comparativamente à culpa. A sublinhar,

no que concerne os comportamentos subsequentes à experiência de vergonha, que esta emoção incapacitante parece, em alguns casos, fomentar sentimentos incompatíveis com a empatia exatamente por esse foco excessivo no “*eu*”, que evoca diferentes tipos de manobras defensivas (Lewis, 1971; Tangney 1991, 1995, 1998). Ainda, num estudo de Lewis em 1971, resultados indicaram que a experiência de vergonha provocava ao indivíduo sentimentos de raiva e tendência a condenar terceiros pelo evento vergonhoso. Em contraste, o facto do “*self*” não ser atacado durante a experiência da culpa, a motivação subsequente à vivência de tal emoção podia ser a de restituição de laços através do desejo de confessar e o emergir de comportamentos em prol de terceiros com o intuito de compensar o mal cometido (Ferguson & Stegge 1995; Lewis, 1971; Lindsay-Hartz, 1984; Tangney 1991, 1995). Num estudo em 1996, Tangney e colaboradores, verificaram que a vergonha se encontrava negativamente correlacionada com a externalização contrariamente à culpa, que se mostrou positivamente correlacionada. Este achado parece corroborar o voltar do indivíduo para si próprio aquando presença de vergonha, ou seja, a evasão, e o desenvolvimento de diferentes comportamentos pela presença de vergonha. Estudos empíricos têm vindo a apoiar com maior frequência a perspectiva de H. B. Lewis do que qualquer outra (Tangney, 1999).

No presente estudo, em que o objetivo se centra na avaliação do papel da vergonha e da culpa na postura de jovens institucionalizados, seguimos tanto as definições como a teoria das possíveis motivações subsequentes de Lewis (1971), apoiadas por diferentes investigadores (ex.: Ferguson & Stegge, 1995; Ferguson et al. (1999); Lindsay-Hartz, De Rivera, & Mascolo, 1995; Tangney et al., 1995). Assim sendo, assumimos a vergonha como uma emoção altamente aversiva baseada no desconforto e que envolve na sua experiência sentimentos de desamparo, incompetência e o desejo de se esconder ou evitar o contacto com terceiros. Assumimos a culpa como uma emoção desconfortável fomentada por inquietação que por sua vez é desencadeada pelo medo, preocupação, ansiedade, tensão e o desejo de reparar comportamentos percebidos como violadores dos padrões morais instituídos durante a aprendizagem.

Atentando à teoria aceite para esta investigação, seria de esperar que caso o sentimento de vergonha estivesse presente nos jovens face aos acontecimentos que levaram à institucionalização, reações baseadas nessa mesma emoção, como a baixa capacidade de empatia, sensação de desamparo, externalização desadequada, desculpabilização do ato,

culpabilização de terceiros e evasão gerassem uma má postura perante institucionalização. Em contraste, uma boa postura perante institucionalização emergiria quando experiências de culpa fossem vivenciadas e por isso fosse sentida uma maior capacidade de empatia, comparativamente a indivíduos que experienciam vergonha, vontade de reparação dos comportamentos percebidos como violadores dos padrões morais, demonstração de arrependimento, compensação e restituição de laços danificados pelo ato cometido.

A importância deste estudo assenta no escasso conhecimento científico acerca das motivações subsequentes à experiência da vergonha e da culpa em contexto institucional. Para além de que a compreensão deste tipo de fenómenos poderá permitir intervenções, baseadas em emoções vivenciadas, ajustadas ao indivíduo.

### **Método**

Não tencionando medir um comportamento, mas sim compreender o que o produz, abraçamos a abordagem qualitativa que tal como referido por Minayo e colaboradores em 2011 é uma tipologia de estudo que “trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, processos e fenómenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis” (p.21).

### **Participantes**

Para a seleção dos participantes foram tidos em conta dois critérios: 1) indivíduos com idades compreendidas entre os 12 e os 21 anos e 2) jovem sob medida tutelar educativa a decorrer no Centro Educativo de Santa Clara.

A amostra intencional é constituída por indivíduos voluntários de nacionalidade portuguesa e as suas idades estão compreendidas entre os 14 e os 18 anos. No que concerne a representatividade do sexo, 3 participantes eram do sexo feminino e 5 do sexo masculino. Na Tabela 1 estão representados os participantes com base em informações sociodemográficas recolhidas antes de cada entrevista.



Tabela 1.

*Caracterização sociodemográfica dos participantes*

Identificação*	Nacionalidade	Idade	Escolaridade	Motivo de institucionalização	Tempo na institucionalização
Filipa	Portuguesa	14	8º ano	Agressão	1 ano e 5 meses
Matilde	Portuguesa	16	9º ano	Desacato à autoridade	1 ano
Tânia	Portuguesa	18	9º ano	Recorrentes evasões da residência	2 meses
José	Portuguesa	16	7º ano	Ameaça qualificada	7 meses
Júlio	Portuguesa	14	8º ano	Injúria e ofensa à integridade física	8 meses
Pedro	Portuguesa	18	9º ano	Injúria e porte de arma proibida	10 meses
Ricardo	Portuguesa	16	7º ano	Ofensa à integridade física	8 meses
Tiago	Portuguesa	15	6º ano	Ofensa à integridade física	12 dias

\*Nota: Os nomes referidos não correspondem à real identidade dos participantes, respeitando a privacidade dos indivíduos e o código deontológico da Ordem dos Psicólogos.

## **Instrumentos**

Para produção dos dados para análise, foram utilizados os seguintes instrumentos:

*Questionário Sociodemográfico.* Para obtenção dos dados do foro social e demográfico, especificamente, perguntas acerca da idade, nível de escolaridade e área de residência, foram feitas a cada participante, antes do início de cada entrevista.

*Entrevista semiestruturada.* Através do uso de entrevistas semiestruturadas formuladas com base na revisão de literatura, foi possível proceder, de forma presencial, à recolha de informação junto dos participantes. As entrevistas estavam estruturadas segundo os seguintes três tópicos: 1) relativo ao motivo pelo qual estão institucionalizados com o intuito de explorar o tipo de crime cometido e o modo como é descrito; 2) exploração das emoções associadas ao delito para posterior identificação da presença das emoções alvo de estudo, isto é, vergonha e/ou culpa; 3) postura perante institucionalização. O procedimento foi conduzido com uma postura compreensiva e não julgadora, por parte da entrevistadora, para que os participantes se sentissem confortáveis durante a partilha de informação.

*Gravador analógico.* As entrevistas foram gravadas com recurso a um gravador analógico de áudio e posteriormente transcritas na totalidade.

*Microsoft Word.* A transcrição das entrevistas foi feita com recurso à aplicação Microsoft Word.

## **Procedimento**

O caminho investigativo iniciou-se com os pedidos de autorização para a condução do estudo junto da Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais (DGRSP). Após parecer positivo da DGRSP foi solicitada a aprovação da Comissão de Ética para a Investigação em Ciências Sociais e Humanas (CEICSH) através da redação e submissão do formulário que continha a descrição detalhada do presente estudo. Posteriormente, ao centro educativo dedicado ao acolhimento dos participantes desde estudo, Centro Educativo de Santa Clara, foi solicitada a permissão para contacto e condução das entrevistas anteriormente descritas.

Consentimentos informados redigidos de acordo com a Declaração de Helsínquia e a Convenção de Oviedo foram recolhidos junto aos jovens que voluntariamente decidiram participar neste estudo e respetivos tutores. No documento supracitado era também referida

e solicitada a permissão para a gravação do áudio durante a entrevista. No entanto, no início de cada interação tal foi recordado e, uma vez mais, foi solicitada a autorização. A premissa da confidencialidade participante-investigador foi ainda reforçada com o intuito de permitir abertura e fomentar confiança para o procedimento.

Todas as entrevistas foram conduzidas numa sala com privacidade e tiveram em média a duração de 18 minutos e 25 segundos, sendo que nenhuma foi interrompida por vontade do participante, do entrevistador ou outra variável. A salientar que o critério de saturação foi atingido com as 8 entrevistas recolhidas.

Com recurso às gravações, para subsequente análise, seguiu-se a transcrição de todas as entrevistas, através do programa *Microsoft Word*. Com a informação recolhida e analisada, as gravações foram destruídas com o intuito de conservar a privacidade dos participantes e o Código Deontológico da Ordem dos Psicólogos Portugueses.

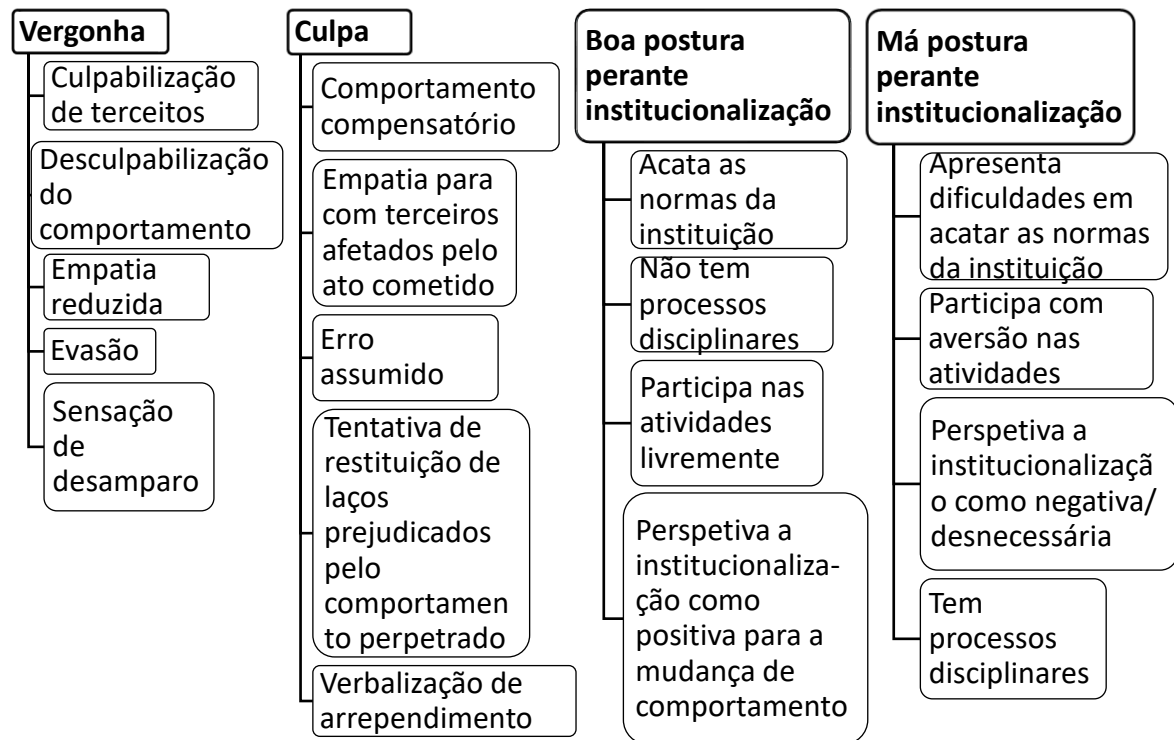
### **Análise de dados: Análise de Conteúdo (AC)**

A análise dos dados recolhidos foi realizada segundo os princípios da análise de conteúdo. A AC enquadra-se na metodologia de pesquisa do tipo qualitativo e pressupõe compreender o que se esconde nas palavras analisadas (Bardin, 2016).

Imergindo no mundo da AC, abraçamos a análise temática (AT) sob o método dedutivo, que se traduziu no estabelecimento de temas e subtemas, tendo por base a literatura, à priori da análise das entrevistas. Foram definidos 4 temas: 1) “vergonha”; 2) “culpa”; 3) “boa postura perante institucionalização”; 4) “má postura perante institucionalização”. Associados a cada um dos temas referidos foram estabelecidos os subtemas que são características dos temas, as unidades de registo. No que concerne ao tema 1) “vergonha” foram associados os subtemas: “culpabilização de terceiros”; “desculpabilização do comportamento”; “empatia reduzida”; “evasão”; “sensação de desamparo”. O tema 2) “culpa” foi arborizado nos subtemas: “comportamento compensatório”; “empatia para com terceiros afetados pelo ato cometido”; “erro assumido”; “tentativa de restituição de laços prejudicados pelo comportamento perpetrado”; “verbalização de arrependimento”. A “boa postura perante institucionalização”, tema 3), foi decomposto nos subtemas: “acata as normas da instituição”; “não tem processos disciplinares”; “participa nas atividades livremente”; “perspetiva a institucionalização como positiva para a mudança de comportamento”. Em contraste, o tema 4) “má postura perante institucionalização” foi caracterizado pelos subtemas: “apresenta dificuldades em acatar as normas da instituição”; “participa com aversão nas atividades”; “perspetiva a institucionalização como negativa/desnecessária”; “tem processos disciplinares”. Na Figura 1, são apresentados os temas e respetivas subtemas.

Figura 1.

Análise de dados: Temas e subtemas



Seguindo o manual de Bardin (2016) “Análise de conteúdo”, a exploração e interpretação das transcrições das entrevistas respeitaram 3 etapas: 1) “pré-análise”; 2) “exploração do material”; 3) “tratamento dos resultados, inferência e interpretação”.

Primeiramente, o objetivo da etapa 1) é a organização (Bardin, 2016). Atendendo ao facto de que os temas e subtemas foram definidos não durante a exploração dos documentos, mas sim antes de tal análise e com base na literatura, como já referido anteriormente. A pré-análise foi demarcada por leituras, qualificadas como “flutuantes” por Bardin (2016). Este procedimento inicial culminou na confirmação da utilidade das 8 entrevistas, uma vez que permitiu compreender nelas a presença dos temas e subtemas pré-estabelecidos, as unidades de registo.

Na segunda fase de análise, cada palavra de cada documento foi estudada para compreensão da intenção que teria por detrás. O estudo foi conduzido de forma cautelosa uma vez que, os participantes são considerados únicos, com características exclusivas. Durante esta exploração, foi feita a codificação que se baseia na identificação, de forma sistemática, das unidades de registo. Esta identificação é dependente de leituras

aprofundadas, repetitivas e cuidadas de cada uma das entrevistas. A cada unidade de registo foi associada uma unidade de contexto que confirma a sua viabilidade.

A última fase referente ao tratamento dos resultados, inferência e interpretação, segue exposta nas secções seguintes: resultados e discussão.

### **Resultados**

Para melhor compreensão dos resultados obtidos, esta secção foi dividida em diferentes fases. Primeiramente, serão apresentados os temas, respetivos subtemas explanados e excertos dos participantes que ilustram a codificação. Por fim, a ligação entre as emoções em análise, vergonha e culpa, e o tipo de postura dos jovens perante institucionalização é demonstrada.

#### **Vergonha**

Relativamente à vergonha, foi possível enquadrá-la em 6 das 8 entrevistas através dos subtemas que a compõe.

##### **Culpabilização de terceiros**

A retirada de culpa do próprio agente para afastar o “*self*” do escrutínio e assim diminuir a sensação de desconforto que acompanha a vergonha (Lewis, 1971; Tangney et al., 1992; Tangney, 1995).

“(…) fui influenciada pelos meus colegas (...) fui muito influenciada pelos meus supostos amigos.” (Tânia).

“Eu tinha um primo que era assim como eu, ele quando foi dentro ele tinha bastantes problemas por resolver, com gente muito pesada, de andamentos muito complicados. (...) então, tive que me tornar assim.” (José).

“(…) devia de me pedir desculpa porque ela acabou por proporcionar isto.” (Júlio).

##### **Desculpabilização do comportamento**

Através da elaboração de uma explicação para o ato cometido, o agente espera retirar o “*self*” do centro da controvérsia e foco, reduzindo dessa forma a prostração que advém do sentimento da vergonha (Lewis, 1971).

“Culpa minha e de não ter pais.” (Filipa).

“(...) estava revoltada por estar em instituições e ter problemas com a minha família.” (Matilde).

“(...) fui influenciada pelos meus colegas (...) fui muito influenciada pelos meus supostos amigos.” (Tânia).

“Mas alguns foram feitos para impor o meu respeito (...) meu ditado na lei da rua sobrevive o mais forte (...) é aquela situação, não é porque eu quis, tive que me tornar assim (...) antes que me acontecesse alguma coisa, tornei-me na pessoa que era (...), mas, eu senti um bocado da necessidade no meio de onde eu vivo, não é, de impor o meu respeito.” (José).

“Eu fui logo pegado de ponta, logo no início. (...) comecei logo a ser pegado de ponta.” (Júlio).

“Era o ambiente e então habituei-me a andar com essas coisas.” (Pedro).

### **Empatia reduzida**

Como já referido anteriormente, estudos explicam a baixa capacidade de o agente apresentar empatia durante a experiência de vergonha (Tangney, 1991, 1995), uma vez que, segundo Lewis (1971), o “*self*” está a ser atacado e tem a necessidade de ser protegido, não permitindo com facilidade a produção de empatia por terceiros. Nas entrevistas, apenas um dos jovens se apresentou com a característica referida.

“(...) é o que é, não me sinto culpado, não sinto nada.” (Pedro).

### **Evasão**

Seguindo a perspectiva de que o “*self*” permanece sob ataque aquando vivência da vergonha, a fuga parece diminuir o mau estar do indivíduo (Morris, 1971, as cited in Wicker, 1983).

No presente estudo, foi possível identificar o subtema “evasão” sob 3 vertentes diferentes: cognitivo através da repressão de pensamentos associados ao delito; emocional, com a supressão de sentimentos que possam surgir face ao acontecimento; física, com a retirada do agente do local.

### **Evasão cognitiva**

“Quero esquecer o que aconteceu (...).” (Filipa).

“Tento não pensar, porque sei que errei e prefiro não pensar.” (Matilde).

“Abstraio-me (...) deixar isso para trás (...)” (Júlio) afirmou quando é questionado sobre como costuma reagir quando surgem pensamentos sobre o delito.

“Sei lá, não sei... (...) não.”, disse (Pedro) sobre se costuma pensar sobre o que aconteceu.

#### **Evasão emocional**

“Não sou pessoa de mostrar muitos sentimentos.” (José).

#### **Evasão física**

“Sem precisar de voltar outra vez para esse meio.” (José).

“Não quero voltar para lá. Se eu vir aquela pessoa eu não me sinto muito bem.” (Júlio).

#### **Sensação de desamparo**

Emergindo pela sensação de incapacidade de resolução do conflito que suscitou vergonha, pela dificuldade de modificar o “*self*” que está sob crítica (Tangney, Wagner, & Gramzow, 1992). Apenas um dos participantes revelou sentir-se desamparado, sublinhando que tal resultava da falta de retaguarda familiar.

“(…) que só queria ter um pai e uma mãe” (Filipa) quando questionada sobre o futuro atentando ao que aconteceu no passado.

#### **Culpa**

Das 8 entrevistas, 4 continham elementos associados à culpa. De notar que os elementos de seguida referidos correspondem aos subtemas.

#### **Comportamento compensatório**

Almejando a retificação dos danos causados, para retoma à vida social normativa, o agente coloca em prática comportamentos compensatórios (Lewis, 1971).

“Que vou fazer melhor.” (Tânia).

“(…) já tentei melhorar na escola (...) dar uma melhor vida à minha mãe e só melhorar (...) ajudar a minha avó, uma das pessoas que acaba por me ajudar muito (...) já que fizeram tudo por mim (...) devo-lhes muito.” (Júlio).

“[aprendi] A respeitar muito as pessoas, respeitar adultos, coisa que não fazia.” (Ricardo).

“(…) certas coisas que fazia já não faço.” (Tiago).



### **Empatia para com terceiros afetados pelo ato cometido**

Segundo a conclusão de diferentes estudos (ex.: Baumeister, Stillwell & Heatherton, 1994; Tangney, 1991, 1995, 1998), sujeitos que experienciam culpa apresentam a capacidade de empatia para com aqueles que foram prejudicados pelas suas ações.

“(...) magoei a minha família.” (Ricardo).

### **Erro assumido**

Atentando ao facto de que, durante a vivência da emoção “culpa”, o “*self*” não se apresenta como foco de crítica, mas sim o comportamento produzido, o agente não se sente colocado em causa. Tal possibilita o assumir do ato perpetrado para futura retificação (ex.: Lewis, 1971; Tangney, 1993; Tangney et al., 1996).

“(...) acabei por perceber aquilo que tinha mal e podia ter feito de outra maneira.” (Júlio).

“Era uma pessoa há uns tempos para trás, quando via uma pessoa e ela tinha algum interesse eu aproveitava-me dela para ter o que ela tinha... (...) estou envergonhado porque nunca precisei de nada disso (...) fui o culpado disto tudo.” (Ricardo).

“O que fiz não foi correto (...) [Sinto] culpa de um lado, porque é verdade que bati ao menino.” (Tiago).

### **Tentativa de restituição de laços prejudicados pelo comportamento perpetrado**

A tentativa de restituição de laços prejudicados pelo comportamento perpetrado é um dos passos para a retoma da vida social normativa pré ato errático (Tangney, 1998). O agente compreende as consequências do seu erro a nível dos laços com terceiros e tenciona retificar os danos resultantes da ação (Kugler & Jones, 1992).

“(...) só penso em sair daqui e dar tudo à minha família. (...) dar tudo à minha família para compensar.” (Ricardo).

“(...) já disse à minha mãe que ia ser diferente (...) quando sair daqui vou pedir desculpa ao menino e à família e à auxiliar.” (Tiago).

### **Verbalização de arrependimento**

O sujeito afirma que poderia ter agido de forma diferente e que desejava tê-lo feito (Tangney, 1998).

“Sinto-me um bocado mal, que podia ter sido tudo diferente.” (Tânia).

“(...) olho para trás e sinto que fui- que não era aquilo que devia ter feito.” (Júlio).

“Sinto-me um bocado frustrado por não ter dado ouvidos à minha família (...) não ter acordado mais cedo.” (Ricardo).

“(...) muito arrependido (...) fico muito arrependido (...) Fiquei muito arrependido, fiquei muito sei lá, mal.” (Tiago).

### **Boa postura perante institucionalização**

No que concerne ao tema “boa postura perante institucionalização”, foi possível enquadrá-lo em 4 das 8 entrevistas através dos subtemas que o compõe.

#### **Acata as normas da instituição**

O jovem não apresenta um comportamento desafiador, aceita e cumpre as normas estipuladas pela instituição onde decorre a sua medida.

“Nunca tive problemas.” (Tânia).

“Sim!” (Júlio).

“Sempre!” (Ricardo).

#### **Não tem processos disciplinares**

O agente não esteve envolvido, durante o tempo de institucionalização e até à data da entrevista, em conflitos que culminassem em processo disciplinar.

“Nenhum.” (Tânia).

“Nunca tive um conflito de me levar a ter uma participação.” (Júlio).

“Nenhum.” (Ricardo).

“Não.” (Tiago) respondeu sobre a existência de processos disciplinares.

#### **Participa nas atividades livremente**

O jovem envolve-se nas atividades propostas pelo estabelecimento onde decorre a medida de institucionalização.

“Sim! Gosto de as fazer!” (Tânia).

“Sim.!” (Júlio).

“Sim! Gosto!” (Ricardo).

“Aproveito tudo.” (Tiago).

#### **Perspetiva a institucionalização como positiva para a mudança de comportamento**

A medida de institucionalização sob a qual o sujeito se encontra é perspetivada como positiva para o cessamento do comportamento errático.

“Não!” (Tânia) afirmou quando interrogada sobre se cessaria os comportamentos caso não tivesse sido institucionalizada.

“Sim, ajudou em muita coisa, não só na escola, em várias coisas no meu dia-a-dia.” (Júlio).

“Ajudou muito a pensar, no dia-a-dia... Ajudou muito (...) saber dar valor às coisas lá fora (...). Isso ajudou muito a dar valor. Acho que sim!” (Ricardo).

“Sim! Muito! Isto foi o bastante para mudar.” (Tiago).

#### **Má postura perante institucionalização**

O tema “má postura perante institucionalização”, foi identificado em 4 das 8 entrevistas através da codificação dos subtemas que o compõe.

#### **Apresenta dificuldades em acatar as normas da instituição**

Para o jovem institucionalizado, as normas da instituição não são totalmente aceites e acatadas.

“Algumas custam mais a cumprir.” (Filipa).

“(...) fui de férias de Natal e consumi (...)cheguei à beira dele e ameacei-o.” (José).

“(...) saí numa saída não autorizada (...) algumas... outras é pelos impulsos (...) às vezes recuso-me a fazer algumas tarefas.” (Pedro).

#### **Participa com aversão nas atividades**

O jovem não se envolve por vontade própria nas atividades propostas pelo estabelecimento onde decorre a medida de institucionalização.

“Às vezes custa-me mais algumas e têm que me obrigar.” (Filipa).

“Às vezes reclamo.” (Pedro).

#### **Perspetiva a institucionalização como negativa/desnecessária**

A medida de institucionalização sob a qual o sujeito se encontra é perspetivada como desnecessária para o cessamento do comportamento errático.

“Mesmo estando lá fora não cometeria mais crimes porque estes dois anos em casa do meu namorado ajudaram-me a melhorar (...) Acho que nesta altura não [precisava de ser institucionalizada].” (Matilde)

“Não!” (Pedro) respondeu quando perguntada sobre se a institucionalização foi fulcral para cessamento dos comportamentos erráticos.

#### **Tem processos disciplinares**

O sujeito, enquanto institucionalizado, já teve pelo menos um processo disciplinar devido à sua conduta inadequada dentro do centro educativo.

“Dos processos foi de responder mal.” (Filipa).

“Já, por conflitos com colegas.” (Matilde).

“(...) por causa da participação.” (José).

“(...) saí numa saída não autorizada.” (Pedro).

#### **Vergonha e a Má postura perante a institucionalização**

Apenas em 4 das 8 entrevistas foi denotada a presença exclusiva da emoção vergonha e de má postura perante a institucionalização.

##### **Filipa**

“Desculpabilização do comportamento”, “evasão cognitiva” e “sensação de desamparo” foram subtemas cuja presença foi identificada durante a análise da transcrição da entrevista de Filipa, bem como os seguintes subtemas da “má postura perante a institucionalização”: “apresenta dificuldades em acatar as normas da instituição”, “participa com aversão nas atividades” e “tem processos disciplinares”.

##### **Matilde**

Os códigos “desculpabilização do comportamento” e “evasão cognitiva”, subtemas da “vergonha”, foram identificados na entrevista de Matilde juntamente com “perspetiva a institucionalização como negativa/desnecessária” e “tem processos disciplinares”, subtemas da “má postura perante institucionalização”.

### **José**

“Culpabilização de terceiros”, “desculpabilização do comportamento”, “evasão emocional” e “evasão física” foram os subtemas da “vergonha” atribuídos durante a análise da transcrição da entrevista de José, bem como “apresenta dificuldades em acatar as normas da instituição” e “tem processos disciplinares”, subtemas da “má postura perante institucionalização”.

### **Pedro**

Na transcrição da entrevista com Pedro, os subtemas da “vergonha” identificados foram: “desculpabilização do comportamento”, “empatia reduzida” e “evasão cognitiva”. No que respeita os subtemas da “má postura perante institucionalização” foram identificados: “apresenta dificuldades em acatar as normas da instituição”, “participa com aversão nas atividades”, “perspetiva a institucionalização como negativa/desnecessária”, e “tem processos disciplinares”.

### **Culpa e Boa postura perante a institucionalização**

Da totalidade das entrevistas, 2 apresentaram a emoção culpa e a boa postura perante a institucionalização.

### **Ricardo**

No decorrer da análise da transcrição da entrevista com Ricardo foram codificados todos os subtemas da “culpa”, recordando: “comportamento compensatório”, “empatia para com terceiros afetados pelo ato cometido”, “erro assumido”, “tentativa de restituição de laços prejudicados pelo comportamento perpetrado” e “verbalização de arrependimento”. Todos os subtemas da “boa postura perante institucionalização” foram encontrados: “acata as normas da instituição”, “não tem processos disciplinares”, “participa nas atividades livremente” e “perspetiva a institucionalização como positiva para a mudança de comportamento”.

### **Tiago**

“Comportamento compensatório”, “erro assumido”, “tentativa de restituição de laços prejudicados pelo comportamento perpetrado” e “verbalização de arrependimento” foram os subtemas da “culpa” codificados e “sem processos disciplinares”, “participa nas atividades livremente” e “perspetiva a institucionalização como positiva para a mudança de comportamento” foram os subtemas da “boa postura perante institucionalização” encontrados.

### **Vergonha, culpa e boa postura perante institucionalização**

Em 2 das 8 entrevistas transcritas e utilizadas nesta investigação estavam presentes ambas as emoções, vergonha e culpa. Nestas entrevistas a postura dos jovens perante a institucionalização foi caracterizada como boa.

### **Tânia**

Dos subtemas da “vergonha”, os seguintes foram codificados: “culpabilização de terceiros” e “desculpabilização do comportamento”. No que concerne ao tema “culpa” os subtemas identificados foram: “comportamento compensatório” e “verbalização de arrependimento”. Quanto à boa postura, todos os subtemas a que lhe dizem respeito estavam presentes: “acata as normas da instituição”, “não tem processos disciplinares”, “participa nas atividades livremente” e “perspetiva a institucionalização como positiva para a mudança de comportamento”.

### **Júlio**

“Culpabilização de terceiros”, “desculpabilização do comportamento”, “evasão cognitiva” e “evasão física” marcaram a codificação dos subtemas de “vergonha” enquanto os subtemas da “culpa” identificados foram: “comportamento compensatório”, “erro assumido” e “verbalização de arrependimento”. A “boa postura perante institucionalização” foi descrita pela presença de todos os seus subtemas, citando-os: “acata as normas da instituição”, “não tem processos disciplinares”, “participa nas atividades livremente” e “perspetiva a institucionalização como positiva para a mudança de comportamento”.

### Discussão

Como já referido, o objetivo do presente estudo centrou-se em compreender se, de facto, a experienciação das emoções de vergonha e culpa, proporcionariam, entre si, consequências comportamentais diferentes. Os resultados permitem-nos afirmar que a perspectiva de Lewis acerca das emoções “vergonha” e “culpa” e respetivas consequências comportamentais pode ser a lente utilizada para compreensão da postura dos jovens perante institucionalização. No entanto, 2 dos nossos participantes apresentaram características únicas que serão discutidas mais adiante.

#### **Vergonha e má postura perante a institucionalização**

Encontramos a presença da emoção “vergonha” e de uma “má postura perante institucionalização” em metade da nossa amostra. Aparentemente, a vergonha, que culmina no foco do “*self*” como o errado, coloca o jovem numa posição limitada e inadequada no que concerne aos comportamentos subsequentes para a restituição do que foi danificado pelo ato delinquente e, por essa razão, a sua postura perante a institucionalização é classificada como má. Os achados deste estudo parecem coincidir com resultados de investigações semelhantes em que a vergonha não proporcionou envolvimento em comportamentos retificadores dos danos causados (Ferguson et al., 1991; Lindsay-Hartz, 1984; Tangney, 1996).

#### **Culpa e boa postura perante a institucionalização**

2 das nossas 8 entrevistas possibilitaram-nos compreender a presença de culpa em paralelo com uma boa postura perante a institucionalização. Estes resultados encontram-se e concordam com os resultados de Tangney no seu estudo de 1995 onde a culpa foi ligada, em geral, a comportamentos retificadores almejando a restituição do que foi danificado com o ato reprovado. Na presença da culpa, não sendo o “*self*” o foco de crítica pela falha cometida, mas sim algo produzido pelo “*self*” e, por isso, mais facilmente modificável, os jovens aparentam maior capacidade de desenvolver uma resposta adaptativa em prol da resolução dos danos causados. Esta maior capacidade parece possibilitar uma postura positiva perante a institucionalização.

#### **Vergonha, culpa e boa postura perante institucionalização**

Da totalidade das nossas transcrições, 2 surgiram com características únicas: a presença de ambas as emoções em estudo.

Tânia revelou a presença das 2 características, a “culpabilização de terceiros” e a “desculpabilização do comportamento”, associadas à “vergonha” e 2 componentes, o “comportamento compensatório” e “verbalização de arrependimento”, da “culpa”. No que diz respeito à situação que provocou o seu internamento no centro educativo, Tânia afirmou não se rever nos atos que lhe foram imputados e que foi manipulada pelo grupo de pessoas com quem convivia (“(...) fui influenciada pelos meus colegas (...) fui muito influenciada pelos meus supostos amigos.”). Verbalizou arrependimento (“Sinto-me um bocado mal, que podia ter sido tudo diferente”) bem como vontade de compensar pelos erros cometidos através do envolvimento e empenho na vida académica e nas atividades propostas durante a institucionalização (“Que vou fazer melhor e amanhã é outro dia.”; “Gosto de as fazer [atividades]”). Para Tânia a influência de terceiros foi a causa do envolvimento nas atividades delinquentes e o arrependimento verbalizado pela própria aparenta estar ligado com a sua incapacidade de compreender, a tempo, a manipulação da qual estava a ser alvo. Por outras palavras, a jovem parece reconhecer que tem culpa, mas esse sentimento aparentemente emerge por ter permitido que a manipulassem. A vergonha resulta do saber que, apesar de tudo, cometeu o delito. Quanto à postura perante a institucionalização, parece quase desconcertante que a presença da vergonha, ainda que acompanhada pela culpa, esteja ligada a uma boa conduta. No entanto, Tânia assume o erro de algo que o seu “*self*” fez, de se ter deixado manipular e coloca em causa o “*self*” em si. Assim, o foco é na retificação do erro e tal conduz a comportamentos de reparo dos danos causados.

Durante o estudo do caso de Júlio, encontramos 4 atributos associados à emoção “vergonha”, sendo eles a “culpabilização de terceiros”, “desculpabilização do comportamento”, “evasão cognitiva” e “evasão física”, em paralelo o “comportamento compensatório”, “assumir o erro”, e “verbalização de arrependimento”, 3 elementos voltados para a “culpa”. Neste caso é interessante compreender que Júlio se sentia, até à data da entrevista, sem saída, encurralado por todos os docentes da escola e injustiçado ((...) era sempre eu, sempre eu”). Chegou a demonstrar consciência do erro cometido e desejava ter tomado uma atitude diferente (“(...) acabei por perceber aquilo que tinha mal e podia ter feito de outra maneira.”), porém, a situação em si, segundo o próprio, não possibilitou tal (“(...) devia de me pedir desculpa porque ela acabou por proporcionar isto.”). No ambiente escolar, era como se se perspetivasse como um mero peão, sem possibilidade de mudar os



acontecimentos e, por isso, mesmo quando assumiu o delito, fê-lo salientando que não podia ter reagido de outra forma (“Eu fui logo pegado de ponta, logo no início. (...) comecei logo a ser pegado de ponta.” [sic]) e que não quer voltar a reencontrar o mesmo ambiente ou pessoas (“Não quero voltar para lá. Se eu vir aquela pessoa eu não me sinto muito bem.”). Quando foi questionado sobre como reage quando pensamentos sobre o sucedido surgem, o jovem afirmou abstrair-se com o intuito de os cessar (“abstraio-me (...) deixar isso para trás (...”). Sobre o tipo de postura perante a institucionalização, o resultado da análise parece poder justificar-se com o facto de que mesmo acreditando Júlio que uma terceira pessoa tivesse proporcionado o acontecimento, o próprio poderia ter agido de forma diferente. Portanto, a culpa parece recair sobre as suas próprias ações, algo produzido pelo “*self*”, e abrir caminhos para a retificação, o que justifica a boa postura perante a institucionalização.

A presença de ambas as emoções não é algo que seja inequívoco e a realidade é que estudos revelam que experienciar uma sem a outra é raro pela complexidade do próprio “*self*” e experiências do dia-a-dia. Por exemplo, Blum no seu trabalho de 2008 salienta que “a vergonha pode estar associada a uma experiência de ser mau em relação às expectativas do superego; neste caso, há uma interface com a culpa” (pg. 100).

### Conclusão

Como referido no começo da presente dissertação, as emoções “vergonha” e “culpa” são frequentemente utilizadas sem afastamento semântico. Não obstante, diversos investigadores (ex.: Kugler & Jones, 1992; Lindsay-Hartz, 1984; Tangney, 1993, 1995) contribuíram ao longo dos anos para travar a repercussão deste insistente erro por anos avante.

No presente estudo consideramos a perspectiva de H. B. Lewis sobre as emoções “vergonha” e “culpa”, apresentada no ano 1971, como base de todo o processo investigativo. Conceção essa que propõe uma explicação para a razão e o tipo dos comportamentos subsequentes que ocorrem derivados da vivência de cada uma das emoções referidas. Segundo a proposta de Lewis, a vergonha e a culpa podem ser distanciadas pelo papel que o “*self*” recebe durante a vivência de cada uma. Durante a experiência da vergonha, o foco de julgamento pelo ato errado cometido recai sobre o “*self*” e este é desvalorizado e visto como inadequado (Sedighimornani, 2018). Em contraste, no decurso da vivência da culpa o foco do

juízo incide em algo desadequado produzido pelo “*self*” (Tangney, 1995). Estas premissas ditam as consequências comportamentais pelo peso da crítica já que, parece ser mais difícil modificar a pessoa “que sou” e as características que me constituem em comparação com algo que produzi (Tangney, 1995, 1998). Assim, um indivíduo sob a experiência da vergonha irá desenvolver comportamentos de autoproteção e tranquilização, voltando-se para si e, menos para o exterior (Tangney, 1999). Em oposição, a culpa faz com que o sujeito se volte para comportamentos restaurativos, que remendem o fosso criado pela atitude indigna (Tangney, 1998).

Transportando a teoria descrita para esta investigação, o esperado seria que os jovens institucionalizados que revelassem vergonha pelo ato cometido sentissem a sua resposta limitada pela necessidade emergente de proteção do seu “*self*” e que, por isso, uma má postura perante a institucionalização fosse revelada; que se a culpa estivesse presente pelo delito perpetrado pelo “*self*” o caminho restaurativo fosse seguido para corrigir as nocividades geradas.

Apoiada no manual de Análise de Conteúdo de Laurence Bardin (2016), as transcrições das 8 entrevistas conduzidas no Centro Educativo de Santa Clara, sofreram escrutinação com base nos subtemas definidos e, posteriormente, os resultados que daí advieram foram tratados através da inferência e interpretação.

Os resultados deste estudo demonstraram, parcialmente, coerência com as concepções de Lewis já referidas, isto é, uma percentagem considerável dos indivíduos (75%) que assumiram sentir vergonha pelo crime cometido apresentaram-se com uma má postura perante a institucionalização enquanto metade dos participantes que mostraram sentir culpa demonstraram uma boa postura perante a institucionalização. A salientar 2 casos em que a vergonha e a culpa estão presentes em simultâneo com uma boa postura perante a institucionalização. A peculiaridade da presença de ambas emoções em estudo levanta pouca surpresa, uma vez que investigadores, como por exemplo, Blum (2008), afirmam que as duas emoções podem surgir face a uma só experiência. Nestes 2 casos, em que a boa postura foi denotada, podemos considerar que possa ter sido a intensidade da culpa que diferiu da de vergonha e, por isso, ditado uma boa postura perante a institucionalização. Todavia, também

pode ser levantada a hipótese de os jovens em questão não conseguirem distanciar os construtos “vergonha” e “culpa” atribuindo-os de forma errática.

Apesar de não perspetivar como uma limitação o reduzido número de entrevistas em análise neste estudo, sendo que se trata de um estudo exploratório, em investigações futuras considero que o alargamento da mostra para um número mais significativo de jovens institucionalizados enriqueceria o estudo com o aumento da contribuição das explicações sobre o fenómeno pouco explorado. Um outro ponto a cobrir em estudos futuros com esta temática seria a obtenção de participantes institucionalizados em diferentes Centros Educativos atentando ao facto de acreditar que o tipo de ambiente e postura do *staff* das instituições pode interferir na conduta dos jovens.

No que diz respeito à área da Psicologia, a compreensão de fenómenos associados às consequências cognitivas, motivacionais e situacionais pós experiência de determinadas emoções pode proporcionar a criação de terapias mais competentes que proporcionem o desenvolvimento de respostas mais adaptativas.

### Referências bibliográficas

- Ausubel, D. P. (1955). Relationships between shame and guilt in the socializing process. *Psychological review*, 62(5), 378.
- American Psychological Association. (2020). *Publication manual of the American Psychological Association 2020: the official guide to APA style* (7th ed.). American Psychological Association.
- Bardin, L. (2016). *Análise de conteúdo*. (1st ed.). Edições 70.
- Baumeister, R. F., Stillwell, A. M., & Heatherton, T. F. (1994). Guilt: an interpersonal approach. *Psychological bulletin*, 115(2), 243.
- Blum, A. (2008). Shame and guilt, misconceptions and controversies: A critical review of the literature. *Traumatology*, 14(3), 91-102.
- Dias, C., Cruz, J. F., & Fonseca, A. M. (2008). Emoções: Passado, presente e futuro. *Psicologia*, 22(2), 11-31.
- Ekman, P., & Cordaro, D. (2011). What is meant by calling emotions basic. *Emotion review*, 3(4), 364-370.
- Ferguson, T. J., & Stegge, H. (1995). Emotional states and traits in children: The case of guilt and shame. In J. P. Tangney & K. W. Fischer (Eds.), *Self-conscious emotions: The psychology of shame, guilt, embarrassment, and pride* (pp. 174–197). Guilford Press.
- Ferguson, T. J., Stegge, H., & Damhuis, I. (1991). Children's understanding of guilt and shame. *Child development*, 62(4), 827-839.
- Ferguson, T. J., Stegge, H., Miller, E. R., & Olsen, M. E. (1999). Guilt, shame, and symptoms in children. *Developmental Psychology*, 35, 347-357.
- Kugler, K., & Jones, W. H. (1992). On conceptualizing and assessing guilt. *Journal of personality and Social Psychology*, 62(2), 318.
- Lewis, H. B. (1971). Shame and guilt in neurosis. *Psychoanalytic review*, 58(3), 419-438.
- Lewis, M., Alessandri, S. M., & Sullivan, M. W. (1992). Differences in shame and pride as a function of children's gender and task difficulty. *Child development*, 63(3), 630-638.
- Lewis, M. (2007). Self-conscious emotional development. *The self-conscious emotions: Theory and research*, 134-149.
- Lewis, M., Sullivan, M. W., Stanger, C., & Weiss, M. (1989). Self development and self-conscious emotions. *Child development*, 146-156
- Lindsay-Hartz, J. (1984). Contrasting experiences of shame and guilt. *American behavioral scientist*, 27(6), 689-704.
- Lindsay-Hartz, J., de Rivera, J., & Mascolo, M. F. (1995). Differentiating guilt and shame and their effects on motivation. In J. P. Tangney & K. W. Fischer (Eds.), *Self-conscious emotions: The psychology of shame, guilt, embarrassment, and pride* (pp. 274–300). Guilford Press.

- Malatesta, C. Z. (1990). The Role of Emotions. *Socioemotional development*, 36, 1.
- de Souza Minayo, M. C., Deslandes, S. F., & Gomes, R. (2011). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Editora Vozes Limitada.
- Piers, G., & Singer, M. B. (1954). Shame and guilt: A psychoanalytic and a cultural study. *Philosophy and Phenomenological Research*, 15(2).
- Porto Editora – culpa no Dicionário infopédia da Língua Portuguesa [em linha]. Porto: Porto Editora. [consult. 2022-03-10 16:36:59]. Disponível em <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/culpa>
- Porto Editora – vergonha no Dicionário infopédia da Língua Portuguesa [em linha]. Porto: Porto Editora. [consult. 2022-03-10 16:46:11]. Disponível em <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/vergonha>
- Reisenzein, R. (2007). What is a definition of emotion? And are emotions mental-behavioral processes?. *Social science information*, 46(3), 424-428.
- Rennison, N. (2015). *Freud and psychoanalysis: Everything you need to know about id, ego, super-ego and more*. Oldcastle Books.
- Shariff, A. F., & Tracy, J. L. (2011). What are emotion expressions for?. *Current Directions in Psychological Science*, 20(6), 395-399.
- Sedighimornani, N. (2018). Shame and its features: understanding of shame. *European Journal of Social Sciences Studies*.
- Tangney, J. P. (1993). Shame and guilt. In C. G. Costello (Ed.), *Symptoms of depression* (pp. 161–180). John Wiley & Sons. (Portions of this chapter were adapted from the "Journal of Abnormal Psychology," 103, 469–478 (1992).
- Tangney, J. P. (1998). How does guilt differ from shame?. In *Guilt and children* (pp. 1-17). Academic Press.
- Tangney, J. P. (1995). Shame and guilt in interpersonal relationships. In J. P. Tangney & K. W. Fischer (Eds.), *Self-conscious emotions: The psychology of shame, guilt, embarrassment, and pride* (pp. 114–139). Guilford Press.
- Tangney, J. P. (1995). Recent advances in the empirical study of shame and guilt. *American Behavioral Scientist*, 38(8), 1132-1145.
- Tangney, J. P. (1999). The self-conscious emotions: Shame, guilt, embarrassment and pride. In T. Dalgleish & M. J. Power (Eds.), *Handbook of cognition and emotion* (pp. 541–568). John Wiley & Sons Ltd. <https://doi.org/10.1002/0470013494.ch26>.
- Tangney, J. P., & Fischer, K. W. (1995). Self-conscious emotions: The psychology of shame, guilt, embarrassment, and pride. In *The idea for this volume grew out of 2 pivotal conferences. The 1st conference, on emotion and cognition in development, was held in Winter Park, CO, Sum 1985*.
- Tangney, J. P., Miller, R. S., Flicker, L., & Barlow, D. H. (1996). Are shame, guilt, and embarrassment distinct emotions?. *Journal of personality and social psychology*, 70(6), 1256.

- Tangney, J. P., Wagner, P., & Gramzow, R. (1992). Proneness to shame, proneness to guilt, and psychopathology. *Journal of abnormal psychology, 101*(3), 469. *The 2nd conference, on shame and other self-conscious emotions, was held in Asilomar, CA, Dec 1988.*. Guilford Press.
- Tangney, J. P., Wagner, P. E., Hill-Barlow, D., Marschall, D. E., & Gramzow, R. (1996). Relation of shame and guilt to constructive versus destructive responses to anger across the lifespan. *Journal of personality and social psychology, 70*(4), 797.
- Wicker, F. W., Payne, G. C., & Morgan, R. D. (1983). Participant descriptions of guilt and shame. *Motivation and emotion, 7*(1), 25-39.

**Anexos**

Anexo A – Parecer da Comissão de ética



Universidade do Minho

Conselho de Ética

Comissão de Ética para a Investigação em Ciências Sociais e Humanas

Identificação do documento: CEICSH 068/ 2022

Relatores: Emanuel Pedro Viana Barbas Albuquerque e Marlene Alexandra Veloso Matos

Título do projeto: O papel da vergonha e da culpa na postura dos jovens durante a institucionalização

Equipa de Investigação: Brenda Bárbara Antunes de Barros (IR), Mestrado Integrado em Psicologia, Escola de Psicologia, Universidade do Minho; Doutor Rui Abrunhosa Gonçalves (orientador), Escola de Psicologia, Universidade do Minho

#### PARECER

A Comissão de Ética para a Investigação em Ciências Sociais e Humanas (CEICSH) analisou o processo relativo ao projeto de investigação acima identificado, intitulado O papel da vergonha e da culpa na postura dos jovens durante a institucionalização.

Os documentos apresentados revelam que o projeto obedece aos requisitos exigidos para as boas práticas na investigação com humanos, em conformidade com as normas nacionais e internacionais que regulam a investigação em Ciências Sociais e Humanas.

Face ao exposto, a Comissão de Ética para a Investigação em Ciências Sociais e Humanas (CEICSH) nada tem a opor à realização do projeto nos termos apresentados no Formulário de Identificação e Caracterização do Projeto, que se anexa, emitindo o seu parecer favorável, que foi aprovado por unanimidade pelos seus membros.

Braga, 19 de outubro de 2022.

O Presidente da CEICSH

(Acílio Estanqueiro Rocha)

Anexo: Formulário de identificação e caracterização do projeto